

1 **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA - COALIAR**

- 3 1. Abertura;
- 4 2. Discussão e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do COALIAR;
- 5 3. Apresentação sobre o recurso da cobrança;
- 6 4. Apresentação e discussão de diretrizes para aplicação do recurso da cobrança
7 nas Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira;
- 8 5. Encerramento.

9 Aos 26 dias de novembro de 2018, às 14h30min, no auditório do LACTEC, iniciou-se
10 a 19ª reunião do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira -
11 COALIAR. A reunião foi presidida pelo Sr. MICHEL RIBAS GALVÃO - Presidente, e
12 Secretariada pelo Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, - Secretário Executivo. O
13 Sr. Presidente deu as boas-vindas a todos e, após verificar o quórum, abriu
14 oficialmente a reunião (**item 1**). O Sr. Everton Luiz Da Costa Souza, do
15 ÁGUASPARANÁ, realizou a leitura da pauta e passou para o **item 2 de pauta –**
16 **Discussão e aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do COALIAR.** O Sr.
17 Presidente Michel Ribas Galvão solicitou à plenária a dispensa da leitura da ata e após
18 uma breve discussão e pequenas correções, a ata foi aprovada. Na sequência,
19 solicitou que os membros e convidados presentes se apresentassem para a plenária.
20 Após a apresentação dos membros e convidados, o Sr. Presidente passou ao **item 3**
21 **de pauta – Apresentação sobre o recurso da cobrança**, e convidou o Sr. Iram de
22 Rezende, Presidente do Instituto das Águas do Paraná, a realizar a apresentação. O
23 Sr. Iram de Rezende (AGUASPARANÁ) realizou a apresentação, elogiando a maneira
24 como a cobrança era realizada. Informou que o Governo do Estado do Paraná, através
25 da Lei Estadual Lei 18.375, de 15 de Dezembro de 2014, pôde utilizar os recursos dos
26 Fundos Estaduais, incluindo o Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o equilíbrio
27 econômico-financeiro do Estado, mas o AGUASPARANÁ, desde o último ano, vinha
28 realizando um trabalho para a recuperação do recurso da cobrança. Informou que, em
29 caixa, o Comitê possuía aproximadamente R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e
30 quinhentos mil reais) e explicou que o dinheiro não seria mais utilizado pelo Estado e
31 que até dia 12 de dezembro de 2018 poderia haver mais uma parcela de
32 ressarcimento. Comunicou à Secretaria da Fazenda o desejo de que a conta
33 destinada à cobrança fosse uma “conta bloqueada”, movimentada apenas com o aval
34 do Comitê. O Sr. Presidente agradeceu a apresentação e abriu para debates. O Sr.
35 Adriano Wild (Mater Natura) questionou se o fundo era atualizado monetariamente e
36 se esse recurso seria destinado a algum projeto ou programa pelo Comitê. O Sr. Iram
37 de Rezende (AGUASPARANÁ) explicou que o valor mencionado havia sido apurado
38 pelo setor fazendário do Estado e que acreditava, para o dia 12 de dezembro, uma
39 nova aplicação do dinheiro utilizado pelo Estado. O Sr. Presidente comunicou que a
40 aplicação do recurso de cobrança seria discutida no próximo item de pauta. A Sra.
41 Ingrid Illich Müller (ABRH) comentou, como ex-presidente do Comitê na época que o
42 decreto de cobrança foi assinado, que estava muito agradecida pelo Comitê ter
43 conseguido o retorno dos recursos, porque a cobrança, da forma como estava

44 acontecendo com o decreto do governo, passava a impressão de que o recurso era
45 de fato um imposto, em que o usuário pagava e não obtinha nada em troca. Comentou
46 que o recurso agora estava assumindo a definição prevista para a cobrança, uma
47 arrecadação para melhorar as condições da área de abrangência do Comitê. Disse
48 que ainda não havia sido aplicado o recurso e reiterou que o próximo item de pauta
49 trataria sobre sua utilização. O Sr. Everton Luiz da Costa Souza, do AGUASPARANÁ,
50 enfatizou a importância do trabalho realizado pelo Sr. Iram de Rezende e do Instituto
51 das Águas do Paraná, na recuperação do recurso da cobrança anteriormente utilizado
52 pelo Estado, visto que todo trabalho desenvolvido no COALIAR era referência aos
53 demais Comitês do Paraná. Informou que foi uma iniciativa do Governo em devolver
54 parte do dinheiro utilizado, mas ainda havia um período de luta para reaver totalmente
55 o recurso. Concordou com a fala da Sr. Ingrid Müller e complementou que o COALIAR
56 tinha de ser o mais cristalino possível no exercício do instrumento de cobrança, pois
57 quanto mais segurança a sociedade tivesse, maior seria a facilidade de implementar
58 os instrumentos de gestão em todas as bacias do Estado. O Sr. Enéas Souza
59 Machado (ABRH) agradeceu a apresentação do Sr. Iram de Rezende, comunicou que
60 a arrecadação do Comitê contava com um montante de aproximadamente R\$
61 13.000.000,00 (treze milhões de reais), desse modo, a Secretaria de Estado da
62 Fazenda ainda teria um valor para devolver ao Comitê. Solicitou que o Sr. Iram de
63 Rezende, caso continuasse como presidente do Instituto no ano seguinte, se
64 esforçasse em criar contas à parte para cada comitê do Paraná. O Sr. Pedro Luís
65 Franco (Sanepar) questionou se o extrato mostrado era de um subconta da conta do
66 Fundo Estadual, e se o Instituto das Águas ou o Comitê tinha algum amparo legal
67 formal de que o Estado se estava comprometendo a reaver o total dos recursos,
68 ou se era apenas um acordo ou promessa política. O Sr. Iram de Rezende
69 (AGUASPARANÁ) comunicou que a conta era uma subconta do Fundo de Recursos
70 Hídricos, que na transição de governo seria informada “a memória de cálculo que
71 havia sido acertada”; ressaltando que a lei ainda permitia ao Governo utilizar os
72 recursos do Fundo, visando ao equilíbrio econômico-financeiro do Estado. Informou
73 que a negociação referente ao recurso da cobrança e o acordo de que o Estado não
74 mexeria novamente no Fundo seria valorizada na gestão seguinte,
75 independentemente de quem ocupasse o cargo de presidente do Instituto. O Sr.
76 Everton Luiz da Costa Souza (AGUASPARANÁ) comentou da necessidade da
77 reativação do Fórum Paranaense dos Comitês de Bacias, para que houvesse uma
78 articulação conjunta em defesa dos recursos da cobrança, uma vez que os problemas
79 e objetivos eram os mesmos para todos os Comitês. O Sr. Presidente Michel Ribas
80 Galvão agradeceu a contribuição de todos e passou ao **item 4 de pauta -**
81 **Apresentação e discussão de diretrizes para aplicação do recurso da cobrança**
82 **na Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira**, fazendo a apresentação que
83 teve como objetivo lembrar o Programa de Efetivação do Plano de Bacia já aprovado
84 pela Plenária e a apresentação de propostas para a despoluição de rios urbanos
85 discutidos previamente na Câmara Técnica de Instrumento de Gestão – CTINS.
86 Foram apresentadas sucintamente três tecnologias de empresas privadas e duas
87 sugestões da Sanepar, a saber, um estudo piloto sobre a poluição difusa e uma

88 recuperação de uma sub-bacia a ser escolhida para adequação da rede de esgotos.
89 O Sr. Adriano Wild (Mater Natura) sugeriu que a Ata daquela reunião fosse
90 rapidamente distribuída aos conselheiros, especialmente a partir do dia 12 de
91 dezembro de 2018, para dispor dos dados corretos a respeito do Fundo e desse modo,
92 “se fazer valer diante da nova diretoria do Instituto das Águas do Paraná ou do novo
93 governo”. A Sr^a Ingrid Illich Müller (ABRH) complementou a apresentação do Sr.
94 Presidente, expondo que foram realizadas várias reuniões na CTINS para a discussão
95 do uso do recurso da cobrança, com propostas de diversas empresas para o processo
96 de despoluição de rios, cada um com características próprias e que, desse modo, a
97 CTINS não se sentia em condições de indicar qual seria o melhor tratamento ou qual
98 poderia ser implantado mais rapidamente. Informou que as reuniões da CTINS teriam
99 maior frequência e todos os membros do Comitê seriam convidados a participar das
100 discussões. Explicou que, em relação à escolha do método de despoluição, a única
101 certeza dentro da CTINS era de que o Comitê deveria iniciar rapidamente o acesso
102 ao recurso da cobrança, realçando que este será um grande aprendizado para o
103 Comitê. A Sr^a Tamara Van Kaick (UTFPR) informou que, em relação ao tratamento de
104 água *in situ* de rios, havia experiências na Coréia do Sul, nas Filipinas e na China,
105 bem exitosas e que podiam servir de exemplos para que se pudesse entender o
106 trabalho envolvido nessa questão. Sugeriu que as Universidades participassem da
107 CTINS, uma vez que apresentavam a expertise com a engenharia sanitária e
108 ambiental. Lembrou que o Comitê estava para lançar um edital em relação ao recurso
109 da cobrança e que parte de edital seria destinado para educação ambiental.
110 Questionou se o edital seria ou não retomado. O Sr. Presidente informou que a
111 PUC/PR era membro da CTINS e que outras universidades haviam sido convidadas,
112 porém, sem retorno algum quanto à participação nas reuniões. A Sr^a Tamara Van
113 Kaick (UTFPR) defendeu que não recebera nenhum convite. A Sr^a Ingrid Illich Müller
114 (ABRH) explicou que, regimentalmente, a CTINS era formada por seis membros mais
115 o coordenador, mas era aberta a todos os interessados. Comprometeu-se, para as
116 próximas reuniões, em convidar todos os membros da CTINS e do Comitê. O Sr.
117 Enéas Souza Machado (ABRH) informou que foi elaborado um edital, apresentado e
118 aprovado pela plenária, que estava atrelado à abertura de uma conta específica e com
119 o apoio de um Agente Técnico-Financeiro. Comunicou que ele, a eng^a. Olga Pollati e
120 o Sr. Everton (AGUASPARANÁ) entraram em contato com o Banco Regional de
121 Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e que foi minuta de um contrato com o
122 BRDE; contudo, a Assessoria Jurídica do Instituto informou que como existiam outros
123 bancos públicos no mercado (Caixa e BB), seria necessária uma licitação. Explicou
124 que, em conversas com a Caixa, o banco informou que atuava como técnico financeiro
125 nos Comitês PCJ e CEIVAP, mas que, por determinações legais, não poderia
126 participar da licitação. Coroando toda a confusão, havia um contrato que determinava
127 que todas as contas públicas do Estado deviam ser gerenciadas pelo Banco do Brasil,
128 embora, na prática, o próprio Instituto tivesse contas com a Caixa. O AGUASPARANÁ
129 encaminhou ofício ao Banco do Brasil, que ratificou sobre a existência do contrato,
130 mas que o banco não tinha expertise na parte técnica. Explicou que, por esses
131 motivos, o edital ficou parado, mas esperava que no ano de 2019 pudesse haver uma

132 licitação em que, pelos motivos acima citados, provavelmente, apenas o BRDE
133 participaria. O Sr. Pedro Luís Franco (Sanepar) comentou que a proposta da CTINS
134 ocorreu, porque o processo do edital construído pelo Comitê era um modelo muito
135 interessante que abriria para possibilidades, contudo, devido a todos os aspectos que
136 o Sr. Enéas Machado apresentou, o Edital se demonstrou inviável. Esclareceu que a
137 proposta da CTINS era uma solução de curto prazo até que se tivesse uma situação
138 clara que permitisse o recurso da cobrança a ser utilizado a médio e longo prazos.
139 Informou que qualquer uso dos recursos devia estar alinhado ao Plano de Ações do
140 Plano de Bacia. A CTINS se concentrou em um dos itens do Plano de Ações,
141 despoluição de rios urbanos. Assim, a CTINS trouxe à Plenária três diretrizes que
142 poderiam ser trabalhadas no contexto do Plano: despoluição *in situ*, trabalho com rede
143 de esgotos e poluição difusa. A Sra. Juliane Freitas (Fundação O Boticário) questionou
144 por que a despoluição de rios urbanos foi a primeira ação do plano a ser proposta.
145 Informou-se que a despoluição era a principal meta de curto prazo do Comitê, com
146 redução de cargas orgânicas em 15%. Informou que já ocorreram ações realizadas
147 nas estações de tratamento de efluentes da Sanepar, contribuindo com a melhoria da
148 qualidade dos rios. Informou que várias bacias hidrográficas estavam com 100% de
149 coleta e tratamento, mas a qualidade dos rios era ruim em função das redes de
150 esgotos e da poluição difusa. A Sra. Juliane Freitas (Fundação O Boticário) questionou
151 se existia uma área pré-selecionada para a implementação do projeto. Informou que
152 se preocupava que o Comitê acabasse utilizando 100% do recurso disponível para
153 esta ação e depois, não dispor do dinheiro para lançar o edital. Elogiou a ideia da
154 aplicação da fitorremediação na Bacia. O Sr. Iram de Rezende (AGUASPARANÁ)
155 informou que era muito caro fazer despoluição de rios e pensando no Paraná, em
156 todos os rios, mas essa era uma meta de governo. Informou que o Comitê não estava
157 substituindo o governo na sua missão de despoluir os rios do Paraná, e sim,
158 patrocinando alguns testes de tecnologia, o que dava ao Comitê uma autoridade
159 técnica para que se chegasse diante do governo e dissesse: “Investir nisso dá certo!”.
160 A Sra. Ingrid Illich Müller (ABRH) esclareceu que não havia sido escolhida uma área
161 de ação-piloto. Informou que o dinheiro disponível não seria suficiente para resolver o
162 problema da Bacia do Alto Iguaçu. O Sr. Jefferson Pedro da Cunha (PUC/PR)
163 informou que a universidade havia indicado um representante para a participação da
164 CTINS, contudo, ela só poderia comparecer em uma reunião, e que, nas próximas, a
165 PUC estaria mais presente. O Sr. Presidente, Michel Ribas Galvão, ressaltou que a
166 universidade seria sempre bem vinda. Mudando de assunto, informou que houve
167 reuniões do Programa Pró-Comitês, com a participação de agentes técnicos da ANA,
168 e que haveria um recurso no valor de cinqüenta mil reais anuais disponibilizado pela
169 ANA a cada Comitê de Bacia. O Sr. Michel sugeriu colocar em votação as diretrizes
170 apresentadas pela CTINS. O Sr. Adriano Wild (Mater Natura) sugeriu utilizar esse
171 outro recurso da ANA para organizar eventos junto com o Estado de São Paulo na
172 questão dos afluentes do Alto Ribeira. O Sr. Enéas Souza Machado
173 (ÁGUASPARANÁ) informou que foram realizadas reuniões entre o Instituto das Águas
174 e os Membros do Comitê do Ribeira, mas a ANA não se mostrou muito entusiasmada
175 na montagem de um comitê federal, e o Instituto também postergou, porque não

176 tinham à época, e continuavam não tendo, recursos humanos para tocar um comitê
177 desse porte. A Sra. Juliane Freitas (Fundação O Boticário) sugeriu a criação de um
178 Grupo de Trabalho tratando sobre problemas da área rural. O Sr. Livaldo Gemin
179 (FAEP) sugeriu que essas atividades envolvendo a área rural tinham de envolver
180 órgãos do estado como o IAP e a Secretaria do Meio Ambiente, além da ADAPAR -
181 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, para que se tivessem uma atenção
182 especial aos solos e água. O Sr. Presidente Michel Ribas Galvão colocou em votação
183 as diretrizes da continuidade dos estudos da Câmara Técnica, as quais foram
184 aprovadas por unanimidade. O Sr. Enéas Souza Machado (ÁGUASPARANÁ)
185 informou que um novo relatório intitulado “Resumo Executivo da Atualização do
186 Cadastro de Usuários da Água das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira”
187 estava na gráfica e seria encaminhado por Correio aos membros do Comitê. Informou
188 que a atualização do Relatório sobre a qualidade da água do Alto Iguaçu estava
189 também em desenvolvimento. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente
190 Michel Ribas Galvão agradeceu a presença de todos e deu por finalizada a 19ª
191 Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira
192 (**item 5**), da qual eu, Everton Luiz da Costa Souza, técnico do Instituto das Águas do
193 Paraná, lavrei a presente ata.

194

195 De Acordo.

196 **Michel Ribas Galvão**

197 Presidente do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira